

Alternativas aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina a partir da perspectiva decolonial

Fábio Zambiasi
Marlize Rubin-Oliveira

Resumo

Este ensaio teórico tem por objetivo refletir sobre a emergência da perspectiva do Bem Viver como uma possibilidade aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina. Para tanto, desenvolvemos este exercício teórico a partir das contribuições da perspectiva decolonial, abordando, em um primeiro momento, uma compreensão da imposição histórica da noção de progresso para, em um segundo momento, problematizarmos a constituição e universalização dos modelos de desenvolvimento e, por fim, em um terceiro momento, avançarmos nas reflexões acerca da emergência da perspectiva do Bem Viver como uma possibilidade aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina. Entendemos que os modelos de desenvolvimento que orientam os modos de vida, de produção e da economia demonstram ser cada vez mais insustentáveis pelos riscos e consequências à existência social e ambiental. A perspectiva do Bem Viver emerge enquanto conjunto de experiências e práticas oriundas de grupos e povos tradicionais latino-americanos que mantêm relações de coexistência entre sociedade e natureza, como alternativa aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina.

Palavras-chave | América Latina; Bem Viver; decolonialidade; desenvolvimento; progresso.

Classificação JEL | B59 F54 O54

Alternatives to development models in Latin America from a decolonial perspective

Abstract

The aim of this theoretical essay is to reflect on the emergence of the perspective of *Bem Viver* as a possibility for development models in Latin America. To this end, we have developed this theoretical exercise based on the contributions of the decolonial perspective, firstly addressing an understanding of the historical imposition of the notion of progress and, secondly, problematising the constitution and universalisation of development models and, finally, in a third moment, advancing reflections on the emergence of the perspective of *Bem Viver* as a possibility for development models in Latin America. We understand that the development models that guide ways of life, production and the economy are proving to be increasingly

unsustainable due to the risks and consequences for social and environmental existence. The perspective of *Bem Viver* emerges as a set of experiences and practices originating from traditional Latin American groups and peoples who maintain coexistent relationships between society and nature, as an alternative to development models in Latin America.

Keywords | *Bem Viver*; decoloniality; development; Latin America; progress.

JEL Classification | B59 F54 O54

Alternatives to development models in Latin America from a decolonial perspective

Resumen

Este ensayo teórico pretende reflexionar sobre el surgimiento de la perspectiva del Buen Vivir como una posibilidad a los modelos de desarrollo en/de América Latina. Por lo tanto, desarrollamos este ejercicio teórico a partir de los aportes de la perspectiva decolonial, abordando, en un primer momento, una comprensión de la imposición histórica de la noción de progreso para, en un segundo momento, problematizar la constitución y universalización de los modelos de desarrollo, y, finalmente, en un tercer momento, avanzamos en las reflexiones sobre el surgimiento de la perspectiva del Buen Vivir como una posibilidad a los modelos de desarrollo en/de América Latina. Entendemos que los modelos de desarrollo que orientan los modos de vida, de producción y de la economía son cada vez más insostenibles por los riesgos y consecuencias para la existencia social y ambiental. La perspectiva del Buen Vivir surge como un conjunto de experiencias y prácticas provenientes de grupos y pueblos tradicionales latinoamericanos que mantienen relaciones de convivencia entre sociedad y naturaleza, como una alternativa a los modelos de desarrollo en/de América Latina.

Palabras clave | América Latina; Buen Vivir; decolonialidad; desarrollo; progreso.

Clasificación JEL | B59 F54 O54

Introdução

Este ensaio teórico tem por objetivo refletir sobre a emergência da perspectiva do Bem Viver como uma possibilidade outra aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina¹. Para tanto, partimos de reflexões potencializadas pela perspectiva decolonial para desenvolver, em um primeiro momento, uma compreensão histórica da noção de progresso da humanidade para, em um segundo momento, problematizarmos a constituição e universalização dos modelos de desenvolvimento associados aos ideais da noção de progresso. E, por fim, em um terceiro momento, avançamos nas reflexões acerca da emergência da perspectiva do

¹ O ensaio teórico aqui apresentado é vinculado a um projeto financiado pelo CNPq/Brasil, Edital Universal nº 18/2021.

Bem Viver como uma possibilidade outra aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina.

A noção de progresso da humanidade emerge no contexto da civilização ocidental e sua universalização se dá em meio aos processos de organização moderna/colonial do mundo. Segundo Dussel (1993), o ano de 1492 marca o início da conquista e dominação das Américas, como também o momento em que a civilização ocidental inicia a universalização do seu modelo eurocêntrico, provinciano e regional de modernidade, esta associada aos padrões de poder da sua face oculta à colonialidade (Quijano, 2005). Da organização moderna/colonial estabelecida desde então, a civilização ocidental, autodesignada o centro da história mundial, impôs sua noção de progresso da humanidade como a missão civilizatória a ser seguida pelas ditas periferias do mundo, buscando, entre outras dimensões, a superação das condições de atraso e alcance da modernização. Associados à noção de progresso, são estabelecidas as relações de controle centro e periferia, o extrativismo e a exploração da força de trabalho humano em função do capitalismo, estes entendidos como parte da missão civilizatória que levaria ao progresso da humanidade (Acosta, 2016). Não obstante, a busca pelo progresso se manteve universal até meados do século XX, quando suas promessas de alcance de melhores condições de vida entraram em declínio, sendo, desse contexto, que surge as narrativas do chamado desenvolvimento.

Os modelos de desenvolvimento se constituíram em meados do século XX associados a planos, políticas e estratégias que levariam a melhores condições de vida para as sociedades subdesenvolvidas do planeta por meio da superação da desigualdade social e econômica. Desde sua constituição, os modelos de desenvolvimento se apresentaram como uma possibilidade, ao mesmo tempo como o caminho único e necessário para as regiões e países subdesenvolvidos, principalmente América Latina, África e Ásia, superarem suas condições de pobreza, miséria e desemprego, assim para alcançarem os padrões sociais e econômicos dos países desenvolvidos (Escobar, 2007). Entre seus planos, políticas e estratégias, os modelos de desenvolvimento se constituíram ressignificando os ideais da noção de progresso, bem como ampliando a separação sociedade e natureza, baseando-se, entre outras dimensões, na industrialização e no extrativismo sem limites. Estes, por sua vez, entendidos como a forma única de ampliar a produção, o crescimento econômico, a acumulação de capital e as riquezas ilimitadas, e alcançar o chamado desenvolvimento. Logo, pelas possibilidades oferecidas, a ideia de desenvolvimento se tornou, conforme Quijano (2000), uma das maiores imposições narrativas proposta ao longo do século XX, permeando e influenciando todos os setores das sociedades, regiões e países, entre os quais a América Latina e o Brasil. Estabelecendo, dessa forma, a busca pelo desenvolvimento como um objetivo universal.

No entanto, no período atual as propostas associadas aos modelos de desenvolvimento se mostram cada vez mais limitadas, ao mesmo tempo em que

desencadeiam riscos, ameaças e consequências incalculáveis às existências social e ambiental, entre outros motivos, pela intensificação sem limites da industrialização baseada no extrativismo (Acosta, 2016). Neste ensaio, nos referimos especificamente à exploração desenfreada dos mais diversos recursos da natureza, gerando degradação ambiental e desconsiderando sua sustentabilidade. Entretanto, mesmo com os inúmeros impactos na América Latina, os sistemas de produção e economia seguem se orientando pela expansão industrial baseada no extrativismo sem limites como a lógica central de busca do chamado crescimento econômico e desenvolvimento (Gudynas, 2016). Assim, observando os riscos que emergem e evidenciam a insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento, mas, sobretudo, que demonstram um possível colapso ambiental e colocam em causa a própria sobrevivência da humanidade (Lander, 2016), destacamos a necessidade de pensarmos em possibilidades outras aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina. Sobretudo, apontamos que pensar em desenvolvimentos alternativos já não é mais suficiente para o contexto atual, o que necessitamos são mudanças mais profundas. É disso que tratamos neste ensaio.

Na linha de reflexão aqui proposta, utilizamos das contribuições críticas da perspectiva decolonial como ponto de partida e da emergência da perspectiva do Bem Viver como uma proposta, entre outras possíveis, para avançarmos nas discussões acerca de possibilidades outras aos modelos de desenvolvimento. A decolonialidade, aliada às epistemologias do Sul, tem fornecido possibilidades para avançarmos contra o desperdício de experiências (Santos, 2011). Assim, lançamos olhares, problematizações e críticas mais amplas sobre experiências marginalizadas e invisibilizadas na busca de “pistas” que auxiliem a repensar muitos dos limites e desafios vivenciados no período atual. Entre os quais, destaca-se aqui, aqueles relacionados aos modelos de desenvolvimento. Por sua vez, o Bem Viver, enquanto um termo que ainda se encontra em construção, é uma perspectiva e/ou filosofia de vida que emerge das experiências e práticas de indígenas latino-americanos que mantêm modos de vida baseados na coexistência entre sociedade e natureza, assim nas margens das imposições dos modelos de desenvolvimento e da matriz eurocêntrica da modernidade/colonialidade (Acosta, 2016). Logo, destacamos que o Bem Viver é uma perspectiva que emerge “na” América Latina como uma possibilidade outra para nos inspirar a repensar os modelos de desenvolvimento “da” América Latina, por isso a utilização da preposição “na” junto com a preposição “da”.

Assim sendo, as reflexões deste ensaio se dividem em três seções. Na primeira, desenvolvemos uma compreensão histórica da imposição moderna/colonial da noção de progresso da humanidade; na segunda, problematizamos a constituição e universalização dos modelos de desenvolvimento; e, na terceira, abordamos a decolonialidade e o Bem Viver para avançarmos nas reflexões acerca de possibilidades outras aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina. Por fim, desenvolvemos as considerações finais deste ensaio.

Progresso da humanidade: uma compreensão histórica da imposição moderna/colonial

A noção de progresso da humanidade emerge no contexto da civilização ocidental e sua universalização se dá por meio dos processos de organização moderna/colonial do mundo iniciados com a conquista e dominação das Américas. Com os avanços nas técnicas de navegação no decorrer dos séculos, a civilização ocidental chegou em 1492 no território das Américas (Dussel, 1993), marcando o início dos processos de conquista e dominação deste território, dos grupos e povos tradicionais aqui existentes por meio do início da organização moderna/colonial do mundo traçada pela civilização ocidental. Desse processo, a civilização ocidental inicia a imposição e universalização do seu modelo provinciano e regional de modernidade que, associado aos padrões da colonialidade e assente em perspectivas eurocêntricas, impôs uma noção de progresso da humanidade como a missão civilizatória a ser seguida por todos os lugares e sujeitos como promessa de melhores condições de vida, saída de uma condição de atraso e alcance da modernização. Associando-se as noções de progresso é que são estabelecidas as relações de controle centro e periferia, o extrativismo da natureza e a exploração da força de trabalho humano em função do capital e, na sequência, em função do capitalismo mundial.

Ao compreender que a América se constituiu como o primeiro “espaço-tempo” (Quijano, 2005) de conquista e dominação da civilização ocidental, ao mesmo tempo como determinante à expansão da modernidade, Quijano (2005) destaca que este foi o primeiro espaço-tempo no qual a civilização ocidental impôs os padrões da colonialidade. Segundo Mignolo (2017), na expansão do modelo de modernidade, a colonialidade se constituiu como o lado oculto e necessário a sua imposição, pois, enquanto a modernidade se apresentava como sinônimo de progresso, modernização e avanço civilizatório, a colonialidade se colocava como o padrão de violência e dominação necessário à sua imposição e universalização. Portanto, como descreve Mignolo (2017, p. 13), a “colonialidade’ equivale a uma ‘matriz ou padrão colonial de poder’, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade”. Logo, modernidade e colonialidade se tratam de dois lados de uma mesma moeda, isto é, modernidade/colonialidade, no qual uma se apresenta como o lado luminoso e a outra como o lado sombrio e violento.

Sob essa perspectiva, compreende-se que a modernidade tem seu início a partir do momento em que a civilização ocidental conseguiu expandir sua dominação e confrontar, através dos padrões de violência e dominação da colonialidade, os demais lugares e sujeitos outros não ocidentais. Segundo Dussel (1993, p. 8), “a modernidade originou-se nas cidades europeias medievais, livres, centros de enorme

criatividade. Mas ‘nasceu’ quando a Europa pôde se confrontar com o seu ‘outro’ e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pode se definir como um ‘ego’ descobridor”, sendo, desse modo, apenas com a chegada dos colonizadores nas Américas em 1492 que ocorre o “nascimento da modernidade” que, desde os momentos anteriores, já estava em processo de gestação pela civilização ocidental. Do confronto e nascimento da modernidade, Dussel (1993) destaca que ocorre o “encobrimento” dos sujeitos e lugares outros não ocidentais, processo este necessário à autoimposição da civilização ocidental como o “centro” da história mundial, logo dos demais lugares como as “periferias” mundiais.

Há de se considerar que a separação entre centro e periferia foi um elemento-chave que, associado ao paradigma eurocêntrico que estabelecia a Europa/civilização ocidental como o fundamento e centro da história mundial, permitiu a autodesignação da civilização ocidental como a mais superior e racional existente, em contrapartida da designação das demais civilizações como primitivas, pré-modernas e irracionais. Conforme Quijano (2005, p. 121), “o fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os ‘modernos’ da humanidade e de sua história, isto é, ‘como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie’”, ao mesmo tempo em que, conforme Dussel (1993), questionava as próprias condições de humano das demais civilizações. Logo, foi essa autoconsciência baseada em um mito de superioridade atrelada à desumanização do outro não ocidental que justificava a expansão do modelo de modernidade provinciano e regional associado aos padrões da colonialidade em suas variações de controle do poder, saber e ser.

Acosta (2016) explica esse processo de conquista e dominação das Américas, assim como de organização moderna/colonial do mundo, da seguinte forma:

A partir de 1492, quando a Espanha invadiu com uma estratégia de dominação para a exploração a região que após a chegada dos conquistadores passou a se chamar América, impôs-se um imaginário para legitimar a superioridade do europeu, o “civilizado”, e a inferioridade do outro, o “primitivo”. Neste ponto emergiram a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, que não são apenas uma recordação do passado: estão vigentes até nossos dias e explicam a organização do mundo, já que são um ponto fundamental na agenda da Modernidade (Acosta, 2016, p. 55).

Sob esse imaginário eurocêntrico é que emerge também uma racionalidade moderna/colonial mais ampla que estruturara os modos de pensar a realidade e produzir conhecimentos a partir do provincianismo e regionalismo ocidentais, mas

que, entretanto, apresenta-se como universal. Segundo Dussel (1993), desde o encobrimento das Américas e da imposição da Europa como o centro da história mundial, a civilização ocidental estabelece sua racionalidade, modo de pensar a realidade e produzir conhecimentos como os únicos válidos, objetivos e universais. Para Grosfoguel (2016), é dessa imposição que vai se organizando uma estrutura global de produção do conhecimento baseada em um modelo de ciência dominante e no privilégio de uma “geopolítica” e “corpo-política ocidental”. Nesse curso, Zambiasi e Rubin-Oliveira (2022) destacam que se estrutura, inclusive, o modelo de universidade moderna como se apresenta em seus moldes atuais, reproduzindo em seu interior o privilégio dos conhecimentos ocidentais ao mesmo tempo em que contribui à deslegitimação de conhecimentos oriundos de sujeitos, lugares e experiências outras não ocidentais, ou seja, que privilegia o que Santos (2019) coloca como as “epistemologias do Norte”.

Sobretudo, as imposições estabelecidas desde a expansão e organização moderna/colonial do mundo foram basilares para que a civilização ocidental impusesse sua perspectiva de progresso da humanidade como sinônimo de busca do avanço civilizatório, de progresso e modernização. Segundo Acosta (2016), com a autodesignação da civilização ocidental como a mais avançada em termos racional e cultural, coube a si própria o direito e dever de direcionar as civilizações não ocidentais nos caminhos do avanço civilizatório, logo, de colocá-las no caminho da reprodução dos padrões culturais da civilização ocidental, sobretudo de terem melhores condições de vida. Como missão civilizatória, o progresso permitiria aos sujeitos e lugares outros não ocidentais a saída e superação de uma condição de atraso, pré-modernismo e irracionalidade e o avanço em direção à modernização e aos caminhos da racionalidade. Essa promessa deu sustentação à noção de progresso universalizada a partir de visões eurocêntricas, dado que, conforme explica Quijano (2005, p. 127), “o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização europeia ou ocidental”, portanto, sendo a civilização ocidental o ponto mais elevado na escala evolucionista e linear de progresso da humanidade, caberia a si próprio trilhar os caminhos a serem seguidos pelos demais lugares e sujeitos.

No curso civilizatório estabelecido desde então, vão se estabelecendo alguns eixos centrais entrelaçados ao processo de organização moderna/colonial do mundo, como as classificações raciais e o início das relações de controle do trabalho, economia e produção atrelados aos mercados e ao capital. Segundo Quijano (2005), na organização moderna/colonial estabelecida a partir da conquista das Américas ocorreu uma associação e convergência entre dois eixos determinantes do processo de modernidade/colonialidade, a imposição da ideia de raça e o início da articulação da sociedade mundial sobre as bases do capital. A partir da ideia de raça, que remetia a possíveis diferenças biológicas entre os colonizadores e colonizados por exemplo, formaram-se as identidades raciais/sociais como o branco, negro, pardo, mestiço,

índio, europeu, não europeu, entre outras, as quais foram delimitadas e configuradas como o mecanismo básico de classificação racial/social da população, sobretudo, como elemento básico para organizar e classificar as relações hierárquicas estabelecidas no âmbito do trabalho.

Quanto ao segundo eixo, Quijano (2005, p. 118) coloca que durante o processo de “constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário”, logo, se articulavam em torno da formação dos mercados. Nessa perspectiva, foram se estruturando novas formas de organização e controle das relações de trabalho, como a escravidão, produção mercantil, reciprocidades, trocas, salário etc., assim como novos modos produção e de economia, como as de base extrativista a partir da utilização dos recursos da natureza. Essas estruturas e organizações do trabalho e das funções estabelecidas se basearam nas classificações raciais/sociais e, para além de permitirem a produção de produtos e mercadorias necessários à formação dos mercados, foram basilares para a estruturação do capitalismo mundial (Quijano, 2005).

O capitalismo, desde suas origens, apresentou-se como um sistema de controle das relações de trabalho, produção e economia baseados no uso da força de trabalho humano e na extração de recursos da natureza, mas, também, como parte da missão civilizatória que levaria ao progresso. Segundo Acosta (2016) e Porto-Gonçalves (2006), o capitalismo se constituiu transformando a natureza como uma fonte inesgotável de bens e recursos, ao mesmo tempo em que se apropriou da força de trabalho humana como mecanismos necessários para a expansão e consolidação da produção, das trocas e do comércio mundial, sobretudo como caminho de saída do atraso e alcance do progresso. Não obstante, ainda se organizou como um instrumento mais amplo a partir do qual a civilização ocidental pôde centralizar seu controle sobre os mercados mundiais, pois, como explica Quijano (2005, p. 121), “em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta”.

Sob tais pontos aqui destacados, podemos avançar na compreensão que a data da chegada da civilização ocidental às Américas surgem algumas categorias históricas como as Américas, modernidade e capitalismo (Quijano, 2005), ao mesmo tempo em que emerge a noção de progresso da humanidade, todos estes entrelaçados pelos padrões da colonialidade. Destaca-se que desde a organização moderna/colonial a busca pelo progresso se impõe como necessária a superação da situação de pré-modernismo, atraso e irracionalidade dos sujeitos e lugares outros não ocidentais visando colocá-los no caminho da modernização e da racionalidade para, assim, reproduzirem os padrões culturais da civilização ocidental autodesignada como a mais avançada, moderna e racional. Além de estabelecer relações de dominação centro e periferia, a noção de progresso também colaborou na estruturação do capitalismo e na consequente formação dos mercados mundiais a partir de

atividades extrativistas e da exploração da força do trabalho humano, estes entendidos como partes da missão civilizatória.

Na América Latina, assim como no Brasil, nos demais países e regiões, a noção de progresso se manteve universal e dominante até a metade do século XX, quando suas promessas de alcance de melhores condições de vida reproduzindo os padrões culturais do Ocidente e atingido certos níveis de progresso e modernização entraram em declínio. Vale destacar que essa conjuntura ocorre em meio aos movimentos de descolonização e formação dos incipientes Estados-Nação latino-americanos (Quijano, 2005). Da conjuntura, surgem, a partir de 1950, os chamados modelos de desenvolvimento como “discursos” (Escobar, 2007) que ressignificam os ideais da noção de progresso e, novamente, impõem-se universalmente como uma dimensão a ser alcançada pelos sujeitos e lugares não Ocidentais, desde então ditos subdesenvolvidos, conforme discutimos na próxima seção.

Da noção de progresso aos modelos de desenvolvimento

Historicamente, os modelos de desenvolvimento se constituem associados a planos, estratégias e políticas mais amplas direcionadas em melhorar as condições de vida das sociedades subdesenvolvidas por meio da superação de desigualdades social e econômica, mas, também, se constituem ressignificando os ideais da noção de progresso. Enquanto uma narrativa universal (Escobar, 2007), os modelos de desenvolvimento emergem a partir de meados do século XX e se apresentam como uma possibilidade, ao mesmo tempo como o caminho único e necessário para as regiões e países subdesenvolvidos superarem condições de desigualdades social e econômica, principalmente no que se refere à pobreza, à miséria e ao desemprego, assim alcançarem os padrões sociais e econômicos dos países desenvolvidos. Assim, pelas possibilidades aspiradas, os modelos de desenvolvimento logo se tornaram, conforme Quijano (2000), uma das maiores imposições narrativas proposta ao longo do século XX, permeando e influenciando todos os setores das sociedades, regiões e países, entre os quais a América Latina e o Brasil.

Entretanto, desde sua formulação inicial, os modelos de desenvolvimento se constituíram resgatando e ressignificando os ideais já impostos pela noção de progresso da humanidade. Em seus planos, políticas e estratégias, novamente se observava as relações de controle centro e periferia, agora ressignificadas pela noção de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A busca pelo progresso agora se ressignificava pela busca do desenvolvimento. O capitalismo, o extrativismo e a exploração do trabalho se intensificavam como necessários à industrialização, esta entendida como sinônimo de incremento à produção e crescimento econômico. Isso significa, mediante Acosta (2016, p. 55), que “os elementos substanciais da visão dominante imposta pelo desenvolvimento nutrem-se dos valores impostos

pelo progresso civilizatório europeu, extremamente expansionista, influente e destrutivo”.

De acordo com Escobar (2007), o discurso do chamado desenvolvimento, acompanhado de seus planos, políticas e estratégias, começa a ganhar espaço a partir da Segunda Guerra Mundial, momento em que as condições de pobreza e miséria que permeavam a América Latina, África e Ásia começam a ser vistas com certa preocupação pelos líderes, políticos e especialistas estadunidenses e europeus, assim como pelas organizações mundiais de força política. Entre as preocupações, temia-se que as más condições de pobreza e mal-estar social características dos países subdesenvolvidos se expandissem aos países desenvolvidos. É, nesse contexto, que a busca pelo desenvolvimento emerge representando uma “salvação” às regiões subdesenvolvidas do planeta que, conectado ao avanço da ciência e das técnicas, traria possibilidades de superação do subdesenvolvimento, assim como colocaria tal objetivo como o grande problema a ser enfrentado ao longo do século XX. O autor descreve esse contexto da seguinte forma:

A medida que los expertos y políticos occidentales comenzaron a ver como problema ciertas condiciones de Asia, África y Latinoamérica – en su mayor parte lo que se percibía como pobreza y atraso – apareció un nuevo campo del pensamiento y de la experiencia llamado desarrollo, todo lo cual desembocó en una estrategia para afrontar aquellos problemas. Creada inicialmente en Estados Unidos y Europa occidental, la estrategia del desarrollo se convirtió al cabo de pocos años en una fuerza poderosa en el propio Tercer Mundo (Escobar, 2007, p. 23-24).

Ampliando essa discussão, Acosta (2016) explica que o discurso do desenvolvimento se institucionaliza como um imperativo universal a partir de janeiro de 1949. Na ocasião, o presidente dos Estados Unidos (EUA), Harry Truman, coloca em seu discurso de posse o termo desenvolvimento e subdesenvolvimento para se referir às diferentes condições econômicas e sociais das regiões e países, assim como estabelece que os EUA se colocariam no favor de auxiliar as partes subdesenvolvidas do mundo a alcançarem o desenvolvimento, utilizando-se, para tanto, do apoio de instituições e organizações mundiais. Dessa ocasião, Acosta (2016, p. 45) descreve que a metáfora do desenvolvimento “transformou-se em uma meta a ser alcançada por toda a humanidade”, logo, “embora Truman certamente não tivesse ciente do que falava, nem de sua transcendência, esta seria uma proposta histórica”.

A partir deste momento, Escobar (2007) coloca que alcançar o desenvolvimento se tornou sinônimo de melhores condições econômicas e sociais às populações dos países subdesenvolvidos, como também uma busca universal a ser perseguida. O autor descreve essa busca ao desenvolvimento da seguinte forma:

La doctrina Truman inició una nueva era en la comprensión y el manejo de los asuntos mundiales, en particular de aquellos que se referían a los países económicamente menos avanzados. El propósito era bastante ambicioso: crear las condiciones necesarias para reproducir en todo el mundo los rasgos característicos de las sociedades avanzadas de la época: altos niveles de industrialización y urbanización, tecnificación de la agricultura, rápido crecimiento de la producción material y los niveles de vida, y adopción generalizada de la educación y los valores culturales modernos. En concepto de Truman, el capital, la ciencia y la tecnología eran los principales componentes que harían posible tal revolución masiva. Solo así el sueño americano de paz y abundancia podría extenderse a todos los pueblos del planeta (Escobar, 2007, p. 20).

Há de se destacar que, assim como a visão eurocêntrica de modernidade/colonialidade junto ao progresso da humanidade se colocava em uma perspectiva linear e evolucionista (Quijano, 2005), os modelos de desenvolvimento, aliado a suas políticas e estratégias, se estabeleceram de modo em que o alcance ao desenvolvimento se daria em um processo composto por estágios. Segundo Acosta (2016), na ideia do desenvolvimento existe uma concepção linear e evolucionista no qual a sua busca se daria transitando entre etapas de desenvolvimento até alcançar a condição de bem-estar social e econômico. Trata-se, portanto, de uma lógica na qual a saída de uma etapa de subdesenvolvimento e o alcance do desenvolvimento seria resultado da implementação de planos, políticas e estratégias elaboradas a partir dos modelos de sociedade estadunidenses e europeias, ou seja, aquelas que já haviam alcançado o desenvolvimento, sobretudo, as sociedades mais desenvolvidas em termos de acumulação de capital e no avanço da ciência e tecnologia.

Entretanto, Porto-Gonçalves (2006) e Quijano (2000) apontam que as imposições estabelecidas a partir do discurso do desenvolvimento não se configuraram unicamente com o intuito de auxiliar os países subdesenvolvidos, mas, com o interesse de ampliar a influência, controle e exploração de um Ocidente global dominante sobre as demais partes do mundo, reproduzindo, assim, os padrões da colonialidade. Para Quijano (2000), as ideias de desenvolvimento se estruturam reproduzindo diferentes padrões da colonialidade do poder assim como foi imposto desde a noção de progresso da humanidade. Naquela ocasião, Quijano (2000) coloca que o capitalismo, as relações centro e periferia, o extrativismo e a exploração da força de trabalho imposto sobre as periferias na noção de missão civilizatória se colocaram como forma de ampliar o domínio, a exploração e obtenção de recursos por parte da civilização ocidental, o que permitiu, sobretudo, a sua condição atual de desenvolvimento construída a partir da exploração das partes subdesenvolvidas do mundo. Desse modo, podemos compreender que, entrelaçadas aos padrões da colonialidade, as promessas de desenvolvimento se apresentam, de um lado, como solução de problemas econômicos e sociais, mas, por outro lado, como uma forma de manutenção da dominação e controle do Ocidente sobre o não Ocidente.

Nessa linha de reflexão, outro ponto a se destacar é que a busca pelo chamado desenvolvimento se tornou um objetivo central para regiões como a América Latina, porém, como um objetivo que não é alcançado nunca, principalmente porque a manutenção da condição de subdesenvolvimento é necessária ao domínio e controle do Ocidente global. Radomsky (2018, p. 71) ajuda a compreender essa questão ao descrever a presença de uma suposta trama “em que a superação do subdesenvolvimento não é atingida nunca e, muitas vezes, torna-se motivo para manutenção de relações supostamente proveitosas (ajudar os outros a se desenvolverem) e concretamente problemáticas”. Logo, para o autor os modelos de desenvolvimento, junto a seus planos, políticas e estratégias podem se apresentar como instrumentos para reproduzir os padrões da colonialidade, ou seja, as iniciativas em prol do desenvolvimento podem ser entendidas como prerrogativa para a manutenção da dominação moderna/colonial. Como explica o autor:

Planos, programas e projetos de desenvolvimento são interpretados por muitos críticos como iniciativas do tipo “em nome de” (fazer algo *em nome* dos povos subalternos, *em nome* dos pobres, *em nome* das mulheres rurais etc.) que atualizam práticas de poder utilizando a necessidade do desenvolvimento para pouco realizar a um público beneficiário (mantendo uma relação de dependência) (Radomsky, 2018, p. 71).

Sob essa perspectiva é que surgem, também, as abordagens teóricas que se propuseram a estudar e discutir a problemática do desenvolvimento, as quais, de modo geral, constituem-se a partir de visões de mundo e dos interesses das regiões desenvolvidas. Segundo Acosta (2016), as abordagens teóricas do desenvolvimento se formam justamente a partir dos países centrais e desenvolvidos, ditos os grandes referenciais para as regiões subdesenvolvidas do mundo, e implicaram a difusão dos modelos de desenvolvimento das sociedades norte-americanas, as quais herdaram muitos dos valores das sociedades europeias. De qualquer maneira, as abordagens teóricas junto aos modelos de desenvolvimento trazem, entre outras dimensões, o fomento à industrialização e à ampliação dos mercados comerciais, muitos dos quais baseados no extrativismo, como caminhos em direção às condições de desenvolvimento, sobretudo, pois é na expansão comercial e industrial que se observa a possibilidade de aumentar índices de produtividade e crescimento econômico, bem como ampliar o potencial de geração de empregos e renda.

Entretanto, no contexto atual, as propostas associadas aos modelos de desenvolvimento se mostram cada vez mais limitadas, por um lado pelo crescimento dos inúmeros impactos ambientais, entre os quais devastação florestal, poluição do ar, água, mudanças climáticas, e, por outro, pelos impactos sociais, como o avanço sobre territórios de grupos e povos tradicionais seguido por movimentos, disputas e conflitos pela terra. Na América Latina, tais impactos surgem, entre outros

motivos, pela expansão industrial que tem no extrativismo intenso sua base e que se coloca como lógica central de busca do chamado crescimento econômico e desenvolvimento. Essas limitações, contradições e erros cada vez mais evidentes pelos modelos de desenvolvimento têm sido apontados por alguns autores que trabalham com perspectivas críticas acerca do tema e se localizam no sul global (Escobar, 2007; Lander, 2016; Quijano, 2000; Gudynas, 2011; Acosta, 2016; Svampa, 2016; Lang, 2016), mas, também, por autores que se localizam no norte global e que tem observado os limites e os riscos que acompanham o momento presente e os horizontes da sociedade moderna (Giddens, 1991; Beck, 2011).

Na América Latina, Svampa (2016) coloca que os modelos de desenvolvimento têm se organizado a partir de interesses geopolíticos mais amplos direcionados em buscar vantagens competitivas baseadas na exportação de recursos da natureza, ou seja, no extrativismo que, para além da extração de petróleo e minerais, envolve a extração desenfreada dos mais diversos recursos da natureza gerando degradação ambiental e desconsiderando a sustentabilidade e regeneração da natureza. Tal situação é resultado da subordinação dos países latino-americanos, como também de seus Estados-Nação, aos imperativos de uma geopolítica internacional influenciada e comanda por grandes corporações transnacionais que detêm força política, as quais, inclusive, cooptam leis nacionais em nome de seus objetivos mais amplos que giram em torno dos ideais do capitalismo mundial e do neoliberalismo.

Ampliando a discussão, Gudynas (2016) coloca que na América Latina a influência dos ideais de progresso e desenvolvimento seguem dominantes, orientando as políticas, os modos de produção e economia regionais baseados no extrativismo intensivo envolvendo desde processos agroindustriais até minerais. Para o autor, esse modelo de produção, economia e desenvolvimento latino-americano resulta em diferentes impactos ambientais e ameaças constantes a grupos e povos tradicionais, mas, também, ameaça a própria sociedade capitalista que obtém sua sobrevivência em meio às atividades extrativistas e em parques industriais. Portanto:

Os estilos de desenvolvimento adotados na América Latina são insustentáveis. Persiste a dependência da exportação de matérias-primas, repetem-se sérias dificuldades para reverter a pobreza, e a deterioração ambiental continua avançando. Ao mesmo tempo, no plano global, passamos por uma crise multidimensional, e, para além da bonança econômica vivida em algumas nações latino-americanas, não podem ser ocultados os sérios problemas econômico-financeiros internacionais, nem as ameaças de mudança climática. Apesar das restrições e dos alertas, os países sul-americanos seguem aprofundando um estilo de desenvolvimento baseado em uma intensa apropriação de recursos naturais, para posteriormente derramá-los nos mercados globais (Gudynas, 2016, p. 175).

Frente ao surgimento gradativo e expressivo de inúmeros riscos e ameaças incalculáveis à existência da sociedade humana e ambiental, envolvendo desde impactos na saúde populacional, até a devastação e destruição de ambientes naturais, contaminação e poluição da água, ar, solo, alimentos etc., torna-se questionável até que ponto os modelos de desenvolvimento que se apresentavam como possibilidade de melhores condições econômicas e sociais realmente avançaram em suas promessas. Nesse questionamento, Escobar (2007, p. 50) corrobora colocando que *“en vez del reino de abundancia prometido por teóricos y políticos de los años cincuenta, el discurso y la estrategia del desarrollo produjeron lo contrario: miseria y subdesarrollo masivos, explotación y opresión sin nombre”*. Por sua vez, Acosta (2016) destaca que as promessas do progresso feitas há mais de quinhentos anos, assim como as do desenvolvimento que se universalizaram a partir de 1950, não se cumpriram e não se cumprirão. Não obstante, o autor ainda nos alerta que:

Hoje em dia tudo indica que o crescimento material infinito poderá culminar em suicídio coletivo. Basta ver os efeitos de um maior reaquecimento da atmosfera ou da deterioração da camada de ozônio, da perda de fontes de água doce, da erosão da biodiversidade agrícola e silvestre, da degradação de solos ou da acelerada desapareção dos espaços de vida das populações tradicionais (Acosta, 2016, p. 58).

De fato, os efeitos desencadeados pelo processo de busca do desenvolvimento pautado sobre a dominação e exploração da natureza e do trabalho humano se demonstram cada vez mais incertos e ameaçadores. Segundo Giddens (1991), uma das consequências da modernidade é que a industrialização e o capitalismo se tornaram o principal ideal de interação entre sociedade e natureza, sendo, através dessa relação, que a sociedade passou a utilizar de modo intensivo a natureza para atender seus interesses próprios sem considerar, entretanto, que tal utilização seria acompanhada de um potencial destrutivo. Beck (2011, p. 09), por sua vez, explica que “ao longo de sua transformação tecnológico-industrial e de sua comercialização global, a natureza foi absorvida pelo sistema industrial. Dessa forma, ela se converteu, ao mesmo tempo, em pré-requisito indispensável do modo de vida no sistema industrial”, mas, em contrapartida, essa dependência da natureza para as relações econômicas e industriais colocaram a sociedade moderna em uma espécie de desequilíbrio unida a horizontes de incerteza quanto à existência social, ou seja, em uma sociedade de risco, como menciona Beck (2011).

Do cenário em que se ampliam constantemente os riscos, ameaças e consequências cada vez mais incalculáveis à existência social e manutenção da biodiversidade, torna-se possível avançar na problematização de que os modelos de

desenvolvimento que regem os sistemas atuais de produção e economia se encontram em crise, sobretudo, demonstram suas próprias limitações quanto às suas promessas de melhores condições de vida à sociedade baseando-se, entre outras dimensões, na dominação intensiva da natureza. Corroborando com tal problematização, Lander (2016) destaca que a dominação constante da natureza proposta pelos avanços da ciência e tecnologia em favor do bem-estar humano, do crescimento econômico e da acumulação de capital e riquezas ilimitadas, encontra-se com seus dias contados, pois as dinâmicas atuais de desenvolvimento, produção e economia entrelaçadas ao capitalismo destrutivo colocam em causa não apenas o próprio colapso destes modelos, mas, sobretudo, a sobrevivência da humanidade.

Sob as tensões e problematizações aqui realizadas acerca dos limites dos modelos extrativistas de desenvolvimento, produção e economia que regem a sociedade atual, torna-se evidente a necessidade de desprendermo-nos de tais modelos e, assim, avançarmos em horizontes outros de possibilidades outras. Nestas buscas, Lang (2016) tem destacado a América Latina como um “laboratório de alternativas” para repensarmos a conjuntura atual de desenvolvimento, produção e economia. Como já apontado por Quijano (2005), as Américas constituíram-se como o primeiro espaço-tempo de dominação da civilização ocidental e de seus padrões modernos/coloniais, logo, a região latino-americana tão particular à expansão do projeto de modernidade/colonialidade, tem sido também um lugar de reexistência, onde emergem movimentos sociais e debates de pesquisadores oriundos de diferentes países buscando denunciar, problematizar e questionar os limites e problemas cada vez mais desencadeados pelos modelos de desenvolvimento, assim como pelos padrões da modernidade/colonialidade. É na América Latina, também, que emerge a decolonialidade e a perspectiva do Bem Viver que, neste ensaio, destacamos como possibilidades outras aos modelos de desenvolvimento, conforme refletimos na seção a seguir.

Dos modelos de desenvolvimento às possibilidades outras na/da América Latina

Para pensar em possibilidades outras aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina a partir da decolonialidade precisamos, antes de tudo, compreender como a perspectiva decolonial se manifesta e como fornece elementos críticos essenciais às discussões e problematizações acerca dos modelos de desenvolvimento. Para Grosfoguel (2008), a decolonialidade emerge a partir de sujeitos e lugares outros não ocidentais e envolve um conjunto de intervenções epistemológicas, denúncias e posicionamentos críticos diante das imposições da modernidade eurocêntrica e da violência de sua face oculta à colonialidade. Nesse sentido, Mignolo (2017) afirma que a decolonialidade se coloca como uma “outra opção” de pensar e existir que se desprende das narrativas, epistemes e paradigmas

eurocêtricos, assim se situa como uma resposta crítica e necessária à experiência, às violências e padrões da modernidade/colonialidade. Na América Latina, os estudos decoloniais se expressaram, de modo geral, a partir do “*grupo modernidad/colonialidad*” que se formou a partir de pesquisadores/as latino-americanos e se propôs a discutir e analisar criticamente as relações de domínio do poder, saber e ser estabelecidas e reproduzidas na sociedade desde a conquista das Américas, em 1492.

Nos estudos decoloniais, as “epistemologias do Sul” (Santos, 2019) têm se expressado como possibilidades epistêmicas, teóricas e metodológicas que permitem ampliar a compreensão da realidade e do mundo levando em conta experiências, sujeitos e lugares outros, ou seja, desprendendo-se das epistemologias do Norte e de suas visões eurocêtricas que dominam os modos de pensar e produzir conhecimentos na atualidade (Zambiasi; Rubin-Oliveira, 2022). Segundo Santos (2019), as epistemologias do Sul rompem com a inferioridade epistemológica imposta pelas epistemologias do Norte, assim se constituem reconhecendo e reposicionando a pluriversidade de epistemologias, cosmovisões e ontologias existentes, potencializando diálogos entre saberes e experiências outras até então marginalizadas e deslegitimadas pelo domínio único das epistemologias do Norte. Como descreve Santos (2019, p. 17), “as epistemologias do Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado”.

A decolonialidade, aliada às epistemologias do Sul, tem fornecido possibilidades para avançarmos contra o desperdício de experiências (Santos, 2011) e assim de lançarmos olhares mais amplos sobre experiências marginalizadas e invisibilizadas na busca de “pistas” que auxiliem a repensar muitos dos limites e desafios vivenciados no período atual, entre os quais, destaca-se aqui, aqueles relacionados aos modelos de desenvolvimento. De todo modo, a singularidade trazida pela decolonialidade e epistemologias do Sul se encontra na oportunidade de problematizarmos os modos atuais de desenvolvimento, economia e produção, bem como em avançarmos no reconhecimento, reposicionamento e no diálogo com modos outros de produção, econômica e existência social que reexistem e/ou se desprendam daqueles modos impostos desde a modernidade/colonialidade pelas noções de progresso e desenvolvimento. Assim, como afirma Mignolo (2017, p. 13), a “decolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade”.

Desse modo, considerar a pluriversidade de saberes e experiências oriundas de sujeitos e lugares outros pode significar o diálogo com possibilidades outras de vida, produção e economia que fogem dos modelos de matriz eurocêtricos, modernos/coloniais. É, nesse sentido, que propomos o objetivo de refletir neste

ensaio sobre a emergência do Bem Viver, enquanto uma filosofia de vida e modo outro de existência social oriundo de experiências e práticas de indígenas latino-americanos que se desprendem das narrativas e modelos de desenvolvimento, como uma possibilidade outra para nos inspirar a repensar os modelos de desenvolvimento na/da América Latina. Sobretudo, destacamos que o Bem Viver emerge na América Latina como uma possibilidade outra aos modelos de desenvolvimento da América Latina.

Na mesma linha, a ideia de avançarmos na reflexão de possibilidades outras aos modelos de desenvolvimento faz parte da compreensão de que pensar em desenvolvimentos alternativos já não é mais suficiente para o contexto atual, o que necessitamos são mudanças mais profundas, isto é, precisamos avançar em “alternativas ao desenvolvimento” como menciona Lang (2016). Para Lang (2016, p. 31), “não se trata de apostar em ‘desenvolvimentos’ alternativos, e sim de construir ‘alternativas ao desenvolvimento’, rechaçando, como ponto de partida, o rótulo de ‘subdesenvolvidos’; e reconhecendo, recuperando os próprios saberes e as múltiplas cosmovisões que existem.” Assim, trata-se de reconhecer possibilidades e alternativas regionais e locais que reexistem nas margens das narrativas e modelos de desenvolvimento, valorizando e potencializando diálogos entre a pluriversidade de experiências e saberes em direção às possibilidades outras, evitando, dessa forma, o desperdício de experiências.

Na linha de reflexão aqui proposta, Acosta (2016) e Gudynas (2016) são alguns dos autores que destacamos aqui, principalmente, por terem assinalado o Bem Viver como uma oportunidade para repensarmos os modelos de desenvolvimento e avançarmos em possibilidades outras. Acosta (2016), enquanto um dos propositores latino-americano mais ativo do Bem Viver, afirma que o Bem Viver é um termo que ainda se encontra em construção e que suas discussões são enriquecedoras quando buscamos repensar as limitações e erros dos modelos de desenvolvimento, assim como dos seus inúmeros sinônimos, pois introduz algumas experiências, conceitos e visões de mundo baseados nas práticas de coexistência entre sociedade e natureza que reexistiram a violência da organização moderna/colonial do mundo e que segue orientando os modos de vida de indígenas dos Andes e da Amazônia, mas, também, de diferentes outros lugares do planeta. Para tanto, o autor defende que para abordar e falar do Bem Viver “é preciso recorrer às experiências, às visões e às propostas de povos que, dentro e fora do mundo andino e amazônico, empenharam-se em viver harmoniosamente com a natureza, e que são donos de uma história longa e profunda, ainda bastante desconhecida e, inclusive, marginalizada” (Acosta, 2016, p. 19-20).

Considerando as experiências, visões e propostas que emergem do Bem Viver, destacamos, como ponto de partida, a necessidade de superarmos o rompimento das relações entre sociedade e natureza, na qual, conforme já apontado, a sociedade utiliza da exploração intensiva da natureza para seu bem-estar. Segundo Gudynas (2016, p. 182), o Bem Viver é uma perspectiva orientada a “transcender o dualismo

que separa sociedade e natureza”, pois um dos elementos basilares desta perspectiva é assegurar a qualidade de vida em um sentido que se desprende da acumulação de material, econômica e individual, logo, assegurar a qualidade de vida significa defender a integridade e os valores da natureza como base para manutenção das relações comunitárias em um sentido de respeito e coexistência entre sociedade e natureza. Isso significa se desprender dos ideais extrativistas impostos pela noção de progresso e ressignificados pelos modelos de desenvolvimento, assim como pela racionalidade moderna/colonial que impôs o dualismo sociedade/natureza (Zambiasi; Rubin-Oliveira, 2022) e aspirou que o avanço da ciência e das técnicas baseadas no domínio da natureza proporcionariam um potencial de progresso ilimitado.

Um segundo ponto trazido pelo Bem Viver é a necessidade de desprender-se dos ideais evolucionistas e lineares que enfatizam a necessidade de transição entre etapas para o alcance do chamado desenvolvimento, como também que colocam a busca pelo desenvolvimento como o caminho único a ser seguido pela sociedade (Gudynas, 2011). Segundo Acosta (2016), a lógica civilizatória na qual se busca a superação de um estado anterior para alcance de outro, como do atraso ao progresso, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, são lógicas que o Bem Viver nos aconselha a abandonar, sobretudo, lógicas que já não servem mais. O Bem Viver também demonstra que as experiências e conhecimentos dos grupos tradicionais não são atrasados e nem pré-modernos, mas envolvem outras cosmovisões diferentes daquelas impostas pela civilização ocidental, assim revela os equívocos das tentativas modernas/coloniais de colocar os indígenas no caminho evolutivo do progresso, modernização e desenvolvimento, pois, no contexto atual, seus conhecimentos e experiências fornecem possibilidades outras para repensarmos as relações entre sociedade e natureza e encontrarmos respostas diversas aos limites e contradições trazidos pelos modelos desenvolvimento.

Neste desdobrar, um terceiro ponto de destaque é a necessidade de desprender-se das relações comerciais e das posturas materialistas e individualistas que transformam as relações sociais em simples relações comerciais (Gudynas, 2011). A busca pelo crescimento material sem limites cada vez mais demonstra seus impactos ambientais e sociais, pois a natureza é limitada quanto aos seus recursos e às relações comerciais que dela absorvem os recursos encontram-se, também, limitadas. Nesse sentido, Acosta (2016, p. 83-84) coloca que o Bem Viver “aponta a uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo”, logo, “sua preocupação central, portanto, não é acumular para então viver melhor. Do que se trata é de viver bem aqui e agora, sem colocar em risco a vida das próximas gerações”. Gudynas (2011, p. 2-3) avança nessa compreensão, explicando que:

El Buen Vivir pone el acento en la calidad de vida, pero no la reduce al consumo o la propiedad. También se ha cuestionado intensamente el reduccionismo de presentar el desarrollo como crecimiento económico, y se ha alertado que ello es

un imposible, en tanto los recursos naturales son limitados y las capacidades de los ecosistemas de lidiar con los impactos ambientales también son acotados.

Logo, da exploração inicial aqui desenvolvida podemos destacar o Bem Viver como uma perspectiva que fornece possibilidades mais amplas para repensarmos alguns elementos centrais presentes nos modelos de desenvolvimento, como a relação sociedade e natureza, sua lógica única, linear e evolucionista, como também de acumulação de material e riqueza como sinônimo de desenvolvimento. Portanto, o Bem Viver é essencial na lógica de desprendimento dos modelos de desenvolvimento, pois, como destaca Acosta (2016, p. 90), o Bem Viver “nos ordena a dissolver os tradicionais conceitos de progresso, em sua derivação produtivista, e de desenvolvimento, enquanto direção única, sobretudo com sua visão mecanicista do crescimento econômico”.

Ao mesmo tempo, Svampa (2016, p. 153-154) coloca que “o Bem Viver é uma superfície ampla sobre a qual vão se inscrevendo diferentes sentidos emancipatórios”, nos quais a coexistência entre sociedade e natureza, como também a reciprocidade e solidariedade entre os sujeitos da própria sociedade emana como o objetivo maior. Dessa forma, para a autora, o Bem Viver emerge como uma possibilidade de construção de horizontes emancipatórios sustentado no estabelecimento de pontes de diálogo entre o passado e o futuro, isto é, entre os modos outros de reexistência, experiências e práticas de grupos e povos tradicionais e as possibilidades outras futuras que deles emergem.

Por sua vez, Quijano (2014) aponta que o Bem Viver se expressa como uma alternativa para se desprendermos dos padrões da colonialidade que, em suas formas de controle do poder, saber e ser, segue orientando os modos de desenvolvimento, de produção e economia, assim como os modos de pensar, saber, ser e estar em sociedade. Desse modo, para o autor o Bem Viver envolve inúmeras propostas e práticas sociais que se orientem para a “*producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a la Colonialidad Global del Poder y a la Colonialidad/ Modernidad/ Eurocentrada*” (Quijano, 2014, p. 847-848).

Não obstante, é importante pontuar que o Bem Viver não pode ser visto, e nem deve, como um novo modelo e/ou uma nova perspectiva de desenvolvimento a ser imposta e universalizada a partir de cosmovisão indígena, mas, sim, que oferece possibilidades outras de repensarmos as limitações, erros e contradições do chamado desenvolvimento a partir de modos outros de existência social, de experiências e práticas sociais marginalizadas e invisibilizadas. Gudynas (2011) explica essa questão da seguinte forma:

Debe quedar claro que el Buen Vivir no debería ser entendido como una re-interpretación occidental de un modo de vida indígena en particular. Tampoco

es un intento de regresar o implantar una cosmovisión indígena que suplante el desarrollo convencional. En realidad, el Buen Vivir se delimita como una plataforma donde se comparten diversos elementos con una mirada puesta en el futuro; posee un horizonte utópico de cambio (Gudynas, 2011, p. 18).

Ao mesmo tempo, destacamos que o Bem Viver emerge trazendo possibilidades para repensarmos e problematizarmos as lógicas capitalistas e mercantilistas que ampliaram a separação entre sociedade e natureza, mas, também, de questionar e problematizar as lógicas socialistas que se nutrem da mesma separação. De acordo com Acosta (2016, p. 177), “caminhar ao socialismo, como reza o discurso oficial de alguns governos ‘progressistas’, alimentando as necessidades – inclusive as demandas especulativas – do capitalismo global por meio da expansão do extrativismo, é, no mínimo, uma incoerência”. Para o autor, tanto o capitalismo quanto o socialismo precisam ser repensados, pois, ambos utilizam da natureza como fonte de recursos inesgotáveis, ou seja, no âmbito da relação sociedade e natureza ambos são compreendidos como insustentáveis.

Por fim, no encontro das reflexões aqui estabelecidas, Gudynas (2011) estabelece uma síntese identificando alguns elementos centrais presentes no interior da perspectiva do Bem Viver:

En primer lugar, se abandona la pretensión del desarrollo como un proceso lineal, de secuencias históricas que deben repetirse. El Buen Vivir, en cambio, no tiene una postura ni lineal ni única de la historicidad. Como segundo punto, se defiende otra relación con la Naturaleza, donde se la reconoce sujeto de derechos, y se postulan diversas formas de continuidad relacional con el ambiente. En tercer lugar, no se economizan las relaciones sociales, ni se reducen todas las cosas a bienes o servicios mercantilizables. Esto permite señalar un cuarto elemento, donde el Buen Vivir reconceptualiza la calidad de vida o bienestar en formas que no dependen solamente de la posesión de bienes materiales o los niveles de ingreso. Esto explica la importancia otorgada a explorar la felicidad y el buen vivir espiritual. Seguidamente, un quinto elemento hace que el Buen Vivir no pueda ser reducido a una postura materialista, ya que en su seno conviven otras espiritualidades y sensibilidades (Gudynas, 2011, p. 18-20).

Sobretudo, ressaltamos que, ao emergir na América Latina, o Bem Viver se manifesta como uma possibilidade outra, de cunho regional e local, aos modelos de desenvolvimento da América Latina, mas, também, como uma possibilidade outra que pode ir para além desta. Os modelos insustentáveis de desenvolvimento seguem orientando os modos de produção e economia da América Latina baseados em um extrativismo sem limites necessário à industrialização, produção de mercadorias e abastecimento dos mercados e comércios internacionais como caminho único e linear de alcance de melhores condições de vida, superação da pobreza, do

desemprego, e da desigualdade econômica e social, isto é, de superação do subdesenvolvimento e alcance do desenvolvimento. Porém, com a já apontada insustentabilidade dessas narrativas e modelos, o Bem Viver emerge trazendo pistas para repensarmos tais padrões e avançarmos em possibilidades outras baseadas na coexistência entre sociedade e natureza, mas, também, na própria solidariedade e reciprocidade entre os diferentes sujeitos sociais.

Considerações finais

Neste ensaio tivemos por objetivo refletir sobre a emergência da perspectiva do Bem Viver como uma possibilidade outra aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina. Para tanto, a compreensão histórica da imposição da noção de progresso da humanidade, em meio aos processos de organização moderna/colonial do mundo, foi basilar para entender as origens das relações centro e periferia, do extrativismo, da exploração da força de trabalho humano e do capitalismo enquanto dimensões históricas, assim como dos padrões da colonialidade que se constituem como a face oculta da modernidade e que permanecem se reproduzindo nos diversos âmbitos da sociedade. Ademais, essa compreensão histórica se demonstrou essencial para entender as dimensões e bases que deram sustentação à constituição e universalização dos modelos de desenvolvimento.

Das reflexões estabelecidas, podemos destacar a incerteza quanto aos horizontes futuros dos chamados modelos de desenvolvimento, também dos riscos e consequências cada vez mais incalculáveis que deles surgem tanto à existência social quanto à manutenção da biodiversidade. Das incertezas e riscos de um colapso ambiental é que entendemos a necessidade de avanço nas problematizações e críticas acerca dos modelos de desenvolvimento, assim como da necessidade de pensarmos em possibilidades outras na/da América Latina, mas, sobretudo, de possibilidades que possam ir para além desta.

Concordamos com Mignolo (2017) quando compartilha que a decolonialidade é uma resposta necessária aos padrões da modernidade/colonialidade, principalmente aqueles relacionados aos modelos de progresso e desenvolvimento, assim como com Lang (2016) quando aponta a América Latina como um “laboratório de alternativas” para repensá-los. Nesse sentido, destacamos que a decolonialidade tem potencializado oportunidades para repensarmos de modo crítico e problematizarmos os modelos de desenvolvimento, assim como para avançarmos no reconhecimento de possibilidades e alternativas regionais e locais que reexistem nas margens das narrativas e modelos de desenvolvimento de matriz eurocêntrica.

Portanto, a decolonialidade abre espaço para a legitimação e reposicionamento de experiências, saberes e práticas regionais e locais de sujeitos até então

marginalizados e deslegitimados, entre os quais, àquelas que advêm de indígenas latino-americanos através da emergência do Bem Viver. O Bem Viver, enquanto um termo que ainda se encontra em construção, é uma perspectiva e/ou filosofia de vida que emerge das experiências de indígenas latino-americanos que mantêm modos de viver baseados na coexistência entre sociedade e natureza, assim nas margens das imposições dos modelos de desenvolvimento e da matriz eurocêntrica da modernidade/colonialidade. Logo, entendemos que o Bem Viver oferece inúmeras pistas e contribuições para repensarmos os modos atuais de desenvolvimento, produção, economia, potencializando horizontes outros de existência em sociedade.

Por fim, destacamos que o ensaio teórico aqui desenvolvido se trata de reflexões iniciais realizadas com o intuito de compreender experiências e práticas presentes na perspectiva do Bem Viver e avançar na noção de possibilidades outras aos modelos de desenvolvimento na/da América Latina. Assim, este ensaio demonstrou a necessidade de aprofundarmos o entendimento acerca das experiências e práticas trazidas pelo Bem Viver, assim como de analisar experiências de países e regiões latino-americanas que incorporaram práticas do Bem Viver em suas políticas e constituições. Não obstante, destacamos a necessidade da continuidade e aprofundamento de investigações acerca de experiências e práticas outras de existência social que, assim como o Bem Viver, podem reexistir nas margens dos modelos de desenvolvimento e fornecer novos elementos para repensá-los, sobretudo, que nos permitem avançar em possibilidades outras.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2016.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro (a origem do mito da modernidade). Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. 1. ed. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século xvi. **Sociedade e Estado**, Distrito Federal, v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 115-147, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, Quito, n. 462, p. 1-20, fev. 2011. Disponível em: https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1317332248.rflacso_2011_gudynas.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, 2016. Cap. 05. p. 174-212.

LANDER, Edgardo. Com o tempo contado: crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência. In: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, 2016. Cap. 06. p. 214-253.

LANG, Miriam. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, 2016. Cap. Introdução. p. 24-44.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772/645>. Acesso em: 06 jul. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **El desafío ambiental**. 2. ed. México: PNUMA, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Bien Vivir: entre el desarrollo y la des/colonialidad del poder. In: **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la

colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 847-859.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: CLACSO (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista del Cesla**, Polônia, v. 1, n. 1, p. 38-55, 2000. Disponível em: <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/369>. Acesso em: 16 jul. 2023.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Colonialidade, pensamento decolonial e crítica do desenvolvimento: implicações epistemológicas e metodológicas. *In*: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 59-90. Disponível em: <http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/Tramas-para-a-Justi%C3%A7a-Ambiental-E-BOOK.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício de experiência**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, 2016. Cap. 04. p. 140-171.

ZAMBIASI, Fábio; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. Decolonizar a universidade: reflexões em direção a uma universidade transcultural. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 60, p. 7-26, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/reeduc.v19i60.10034>

Data de submissão: 18/07/2023

Data de aprovação: 23/01/2025

Revisão: Daniela Matthes (português), Ana Clara Medina Menezes de Souza (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Fábio Zambiasi

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Rua Via do Conhecimento, km 01 – Bairro Fraron

85503-390 Pato Branco/PR, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1497-0687>

E-mail: fabiozambiasi@hotmail.com.br

Marlize Rubin-Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Rua Via do Conhecimento, km 01 – Bairro Fraron

85503-390 Pato Branco/PR, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3234-7562>

E-mail: rubin@utfpr.edu.br

